

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

O Fascismo como “totalizante”: uma (herética) tentativa de inflexão marxista em um conceito eminentemente liberal

Angelo Segrillo¹

Resumo

Neste artigo o autor analisa criticamente o conceito de "totalitarismo" como normalmente aplicado aos regimes comunistas e fascistas. Por razões de incoerência teórica e insuficiência empírica, rejeita o uso do conceito em sua versão ortodoxa e em sua versão de "tipo ideal" weberiano. Propõe o resgate de um certo potencial heurístico do conceito adaptando-o numa direção neokantiana que diferencie seu uso em relação aos regimes fascistas e os comunistas.

Palavras-chave: Totalitarismo, Comunismo, Marxismo.

Abstract

The article critically analyses the concept of "totalitarianism" as applied to communist and fascist regimes. While rejecting, out of theoretical and empirical considerations, the concept in its hard (orthodox) and soft ("ideal-typical") versions, the author proposes to rescue the heuristic potential of the concept by adapting it in a neokantian fashion and differentiating its use in relation to fascist and communist regimes.

Key words: Totalitarianism, Communism, Marxism.

¹ O historiador Angelo Segrillo é Doutor pela UFF, Mestre pelo Instituto Pushkin de Moscou e autor dos livros *O Declínio da URSS: um estudo das causas* (ed. Record), *O Fim da URSS e a Nova Rússia* (ed. Vozes) e *Herdeiros de Lênin: a história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética* (ed. 7Letras). É membro do Conselho Editorial da *Intellector*.
Recebido em 21/10/2005. Selecionado para publicação em 01/11/2005.

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

O estado da arte nos estudos do fascismo atualmente parece concentrar-se no campo cultural. O enfoque principal é um resgate da ideologia fascista como ativa, dotada de uma lógica coerente interna e capaz de atrair grande parte das massas populares em certos contextos históricos. O autor mais ilustrativo desta tendência é Roger Griffin (1991).

Este teórico britânico define o fascismo como uma forma de “ultranacionalismo palingenético”. Para ele, o mito da *palingenesia* (“renascimento”) da nação para fora de sua decadência é o grande fator mobilizador da ideologia fascista, capaz de atrair as massas. Griffin (2001) chega a postular um certo “consenso” atual entre os autores não-marxistas ocidentais (especialmente anglo-saxões) em torno deste tipo de visão da ideologia fascista como central para o entendimento do fenômeno (primazia do fator cultural).² Quanto ao marxismo, muitos desta nova “escola do consenso” o consideram praticamente “morto” como ferramenta heurística para novos avanços no entendimento do fascismo neste nosso mundo pós-muro de Berlim. (*ibid.*)

Se o postulado acima estiver correto, então este artigo representará uma tentativa de “ressuscitamento” dos mortos, pois proporemos a utilização de uma visão marxista para um olhar sobre o fascismo. Mas o faremos de maneira algo herética, adaptando um conceito que os próprios marxistas, principalmente após o “deslanchamento” da Perestroika, já consideravam “morto”: o *totalitarismo*. Mencionamos a Perestroika, pois, apesar do conceito de totalitarismo desde os anos 1960 (principalmente com a aplicação, no campo dos estudos soviéticos, das teorias pluralistas dos grupos de interesse) vir sendo severamente criticado, o próprio processo da Perestroika parecia desdizer os pressupostos das teorias do totalitarismo.

Afinal, elas sugeriam um controle total da sociedade pelo Estado policial e, portanto, uma tendência à “autoperpetuação do sistema”. Não abriam espaço para mudanças radicais internas a partir do próprio regime (como a Perestroika, por exemplo),³ mas apenas à “derrubada violenta deste, quer por uma intervenção externa, quer por uma implosão interna”. (Fernandes, 1994)

Para que “ressuscitar” este conceito, então? Primeiro de tudo, é preciso dizer que o totalitarismo foi considerado “morto”, na verdade, em muitos círculos acadêmicos sofisticados e

² Exemplos de alguns autores marcantes que trabalham nesta linha seriam Stanley Payne, Roger Eatwell, Stein Larson e G. L. Mosse.

³ Entretanto, é importante notar a existência de autores ocidentais discordantes, que insistem que os processos desintegrativos do socialismo real no Leste europeu comprovam a validade das descrições e previsões dos teóricos do totalitarismo sobre os países daquela região (e.g., Hosking, 1990; Motyl, 1992; Sartori, 1993). Na verdade, a desintegração do campo do socialismo real levou a uma onda ideológica triunfalista neoliberal que trouxe, em seu bojo, uma certa *palingenesia* (parafraseando Griffin, 1991) das teorias do totalitarismo nos anos 1990.

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

no marxismo. No uso jornalístico ou popular do dia-a-dia, o termo nunca parece ter saído de moda.

O paradoxo, entretanto, é que, na atualidade, exatamente em vários dos países ex-socialistas descritos como totalitários, uma série de protagonistas da vida política e intelectual retoma o uso da palavra “totalitário” para descrever o regime em que viveram. O exemplo mais gritante é o do próprio Gorbatchev. Se tivéssemos que selecionar alguém como a pessoa que mais conheça as entranhas do poder político no socialismo real, provavelmente ninguém melhor que o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética para representar tal escolha. Pois bem, o próprio Gorbatchev (1999, p. 23) atualmente descreve o sistema que existia na União Soviética como “totalitário”. E ele não está sozinho nisso. Como bem notou Fernandes (1994), um grande número de políticos e intelectuais do ex-campo socialista do Leste europeu (como Leonid Batkin, A. Erkind, L. Gozman, Mikhail Kapustin, Aleksandr Solzhenitsin, A. Ziniviev) adotou, neste período pós-Muro de Berlim, a caracterização de “totalitário” para descrever o antigo sistema do socialismo real.

A sobrevivência do conceito, mesmo com todas suas evidentes contradições internas, e especialmente este último fenômeno dos anos 1990 de termos muitos intelectuais e políticos (nem todos anticomunistas ou anti-socialistas) que viveram *dentro* daquele sistema e insistem em descrevê-lo como totalitário, foi um impulso para a redação deste ensaio. Nele proporemos a reconfiguração de *alguns* aspectos do conceito de “totalitário”, amoldando-os em uma nova classificação que chamaremos provisoriamente de “totalizante”. É necessária esta mudança no “rótulo”, pois, de saída, estaremos descartando uma tese central da teoria ortodoxa do totalitarismo: a de que o controle da sociedade pelo Estado policial era praticamente “total” (a ponto de, como mencionamos acima, tornar impossível a perspectiva de transformações qualitativas “internas” do sistema). Esta tese é insustentável, como demonstrou o próprio processo da Perestroika.⁴ Entretanto, consideramos que isto não deve fechar nossos olhos ao fato de que regimes como os de Mussolini, Hitler ou Stalin tinha como um dos objetivos obter um controle “total” (ou melhor, tão “total” *quanto possível*) sobre suas sociedades. Explicaremos mais

⁴ Existe uma maneira de fazer a teoria do totalitarismo não ter que se defrontar com o embaraço criado pela experiência histórica concreta da Perestroika. Pode-se adotar a posição, por exemplo, de Linz & Stepan (1996) que circunscrevem o totalitarismo na União Soviética ao período especificamente sob o domínio de Stalin, descrevendo a URSS brezhneviana e gorbacheviana como “pós-totalitária”. Assim, a Perestroika teria representado transformações qualitativas internas não em um regime totalitário e sim pós-totalitário. Entretanto, a nosso ver, esta é uma inflexão excessivamente personalista dos processos históricos, como se o caráter de toda uma formação socioeconômica nova em 1/6 da área terrestre dependesse da existência de um único homem. Neste ensaio, quando mencionarmos um regime “stalinista” estaremos nos referindo não especificamente à URSS sob Stalin, mas sim todos os regimes que têm características centrais comuns como as que se desenvolveram na URSS no período dos anos 1930 a 1950 (e prosseguiram, com novos desenvolvimentos, depois).

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

detalhadamente o que queremos dizer com isso. Elaboraremos esta explicação principalmente em cima da análise do fascismo, que é o centro da atenção deste ensaio, mas observaremos que o caráter “totalizante” também pode ser empregado para regimes de cunho stalinista, apesar de que, como veremos, de maneira diferenciada dos regimes fascistas. Procurarei mostrar que o fascismo é “totalizante” em dois sentidos, enquanto que o regime soviético do tipo stalinista só o é em um.

Iniciemos pelo fascismo. Aqui uma discussão básica é sobre a generalidade do fascismo. Afinal, há um *fascismo genérico* (internacional, existente em diferentes países) ou ele foi um fenômeno especificamente italiano do entreguerras? Se considerarmos a primeira opção verdadeira, então o passo seguinte é estabelecermos o famoso *minimum* fascista, isto é, as características fundamentais que identificam um movimento ou regime como fascista. Wolfgang Schieder (*apud* da Silva, 2000, p. 118 e 122) descreve o fascismo como regimes autoritários antiliberais, antidemocráticos e anti-socialistas do período de entreguerras. Francisco Carlos Teixeira da Silva (2000, p. 121-122 e 159), além de discordar que o fascismo seja um fenômeno especificamente do entreguerras, considera limitada demais a tríplice implicação de antiliberalismo, antidemocratismo e anti-socialismo e propõe algumas caracterizações extras para melhor diferenciar o fascismo de outras formas de autoritarismo: liderança carismática, organicismo social e negação da diferença. Esta classificação, de certa maneira, apresenta ponto de contato com aquela proposta pelo *decano* dos estudos do *minimum* fascista, Ernst Nolte (1963): antimarxismo, antiliberalismo, um *Führerprinzip*, um partido militarizado, tendência ao anticonservadorismo e o objetivo do totalitarismo. Creio que um dos maiores empecilhos para que da Silva se aproximasse mais da lista sêxtupla de Nolte está exatamente na última característica deste: a questão do totalitarismo. Fica difícil para autores marxistas ou influenciados pelo marxismo aceitarem o uso do termo totalitarismo.⁵ Creio que o arrolamento de *negação da diferença* na lista do *minimum* de da Silva tenha sido uma maneira de exprimir, de maneira intelectualmente mais sofisticada, diversos aspectos que Nolte tentava incluir sob o item *objetivo do totalitarismo*.

Independentemente do rótulo, existe, nos regimes fascistas, determinada característica que necessita de descrição teórica. Trata-se exatamente desta tendência do Estado fascista de tentar controlar, da maneira mais ampla possível (idealmente de modo “total”) sua sociedade,

⁵ Como em toda regra, aqui também existem as exceções de alguns autores marxistas que adotaram o conceito de totalitarismo para descrever as sociedades do tipo soviético, como Boris Souvarine (1935), Victor Serge (1937) e Hilferding (1977).

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

evitando as diversas formas de discordâncias, pluralismo ideológico, comportamento desviante, etc. Neste ponto adotamos uma posição intermediária entre os teóricos do totalitarismo e aqueles que negam completamente este conceito. Acreditamos que os teóricos do totalitarismo tocaram em assunto importante e central para entendermos as questões de porque até agora não houve maior afinidade entre a democracia política e o socialismo real ou o sentimento de um sufocamento burocrático aparentemente inapelável sentido por boa parte dos habitantes daqueles países. Entretanto, estou postulando o termo “totalizante”, ao invés de “totalitário” por duas razões: A) Primeiro que nego terminantemente a tentativa dos teóricos do totalitarismo de identificar o fascismo e o comunismo como fenômenos basicamente idênticos. Isto é fechar os olhos à óbvia diferenciação de origem de classe, tipo de ideologia e objetivos do movimento nos dois casos. O fato de terem esta característica de serem “totalizantes” em comum não quer dizer que sejam o mesmo tipo de fenômeno histórico ou mesmo que sejam do mesmo gênero tipológico. Metodologicamente, é uma grande falácia extrapolar de algumas características comuns à certeza da identidade. O fato de tanto o capitalismo moderno quanto o socialismo apresentarem tendência à burocratização (no sentido dado pelo próprio Max Weber) não quer dizer que são sistemas idênticos. Igualmente, o fato de terem tendências “totalizantes” em comum não quer dizer que fascismo e comunismo sejam do mesmo gênero, como pretende a teoria totalitária. B) A segunda razão de utilizar a palavra “totalizante” e não “totalitário” é para fugir da conotação de descrição da realidade *como ela é* (a teoria totalitária ortodoxa prega que os Estados soviético e nazista realmente controlavam de maneira praticamente total suas sociedades). Queremos propor o uso do termo “totalizante” para descrever uma linha de tendência geral de regimes como o fascista e a stalinista de tentarem ter um controle quase absoluto sobre suas sociedades. O fato de tentarem não quer dizer que o conseguiram na realidade. Por mais que o Estado empregasse técnicas de doutrinação em massa e policiamento, a interação nem sempre simétrica entre os aspectos racionais e não-rationais da psique humana e a simples quantidade e variedade de tipos humanos em uma sociedade moderna criam uma “porosidade” social múltipla que nenhuma máquina de propaganda ainda conseguiu de todo anular. Entretanto, o fato dos regimes fascista e stalinista não conseguirem obter o domínio que gostariam sobre suas sociedades não quer dizer que não tentassem e, principalmente, não anula a constatação que *conseguiram* um grau de controle de suas sociedades pelo Estado que não tinha igual em outros regimes, liberais ou autoritários. Consideramos importante não perder esta dimensão “totalizante” do fascismo e do stalinismo, pois, sem ela, uma essencial característica

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

estará sendo deixada de lado. A discussão sobre se regimes como o de Franco, Salazar, de Vichy, etc. são fascistas ou não depende muito desta variável. Os movimentos verdadeira e indubitavelmente fascistas têm, em seu cerne ideológico, este ideal “totalizante” e, em grande medida, o implementam na prática ao se tornarem regimes no poder. A porosidade múltipla acima mencionada é visivelmente maior em outros Estados autoritários não-fascistas, que não conseguem o mesmo grau de controle e policiamento sobre suas sociedades.

Em relação ao item *B* discutido no parágrafo acima, é preciso um esclarecimento extra. Quando a teoria totalitária “ortodoxa” (Arendt, 1951; Friedrich & Brzezinski, 1956) começou a enfrentar fortes críticas a partir da década de 1960 devido ao irrealismo de sua concepção literal do monolitismo do sistema e do controle total da sociedade pelo Estado, versões mais “brandas” das teorias totalitárias foram aparecendo. A direção principal deste tipo de defesa era de fazer do totalitarismo, não uma descrição literal da realidade, mas um “tipo ideal” weberiano de forte valor heurístico. (e.g., Linz, 1975; Henke, 1999) Por isso, é importante notar que o que estou propondo neste ensaio não é utilizar o totalitarismo neste sentido. Os “tipos ideais” de Weber são abstrações unificantes de realidades *concretas* plurais e diversificadas (ao contrário da visão muito comum nas ciências sociais de que seriam puras abstrações intelectuais sem correspondência necessária no mundo real). Assim, o “tipo ideal” do capitalismo de Weber se propõe a estar intelectualmente refletindo (de maneira abstrata, essencialista) as diversas formas de capitalismo que *concretamente* existem no mundo. Assim, se formos utilizar o totalitarismo como “tipo ideal” estaremos pressupondo que *realmente* existem, no mundo empírico, regimes em que o Estado controla de forma *total* suas sociedades. Este não é o caso, em minha opinião. Metaforicamente falando, o que estou propondo aqui é que este conceito deve ser visto, à maneira muito mais de Kant que de Weber, como um *postulado* da razão “prática” fascista e stalinista, ou seja, um princípio orientador que acima de (ou mesmo contra) outros constituintes ideológicos daqueles regimes os faz tentar impor sua *Weltanschauung* aos cidadãos de uma forma tão abrangente e excludente como ainda não se tinha visto anteriormente.⁶

O fascismo contém também uma outra faceta em que ele é “totalizante” (e que não é, desta vez, compartilhada com os regimes do socialismo real). Estou me referindo a suas ligações de classe, sua origem dentro da estrutura social de classe.

⁶ Os *postulados* da razão prática de Kant (e.g., a idéia de Deus, da imortalidade da alma, etc.) não têm necessariamente base na experiência real (“sensível”), sendo construções da razão que funcionam como uma espécie de guia, ou princípios organizadores, da vida moral humana.

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

A base social do fascismo é um ponto de eterna discussão. Várias análises foram escritas sobre o tema, tanto de um ponto de vista lógico-histórico (e.g., as reflexões de Trotski e Gramsci) quanto tentativas de utilizar também análise estatística dos membros ou eleitores de partidos fascistas (como Larsen, 1981; Hamilton, 1982 e Mühlberger, 1987). As análises iniciais de Gramsci e Trotsky tiveram grande influência sobre este assunto. Tanto Gramsci (1978) quanto Trotsky (1932) viam a pequena burguesia em crise como o terreno social onde se apoiava a base do fascismo. Ambos também comentavam o papel “auxiliar” importante representado pelos elementos chamados *déclasses* (*lumpenproletariado*, vários tipos de desempregados, especialmente ex-soldados, etc.). A pequena burguesia, ameaçada pela crise de perder sua mínima condição de vida, descrente dos métodos parlamentares liberais propostos pela alta burguesia e “enciutada” pelas conquistas sociais do movimento operário na virada do século, perde suas crenças no regime parlamentar liberal e passa a ser atraída pelas propostas de mudança mais radicais para solução do problema econômico apresentadas pelo fascismo.

Apesar desse “caldo de formação” na pequena burguesia ameaçada, os líderes fascistas sabem que não podem chegar a um poder do tipo totalizante e excludente de “minorias perigosas” se não obtiverem um apoio forte na numerosa classe dos proletários. Por isso, cria-se discurso e ações sobre uma suposta ligação com a classe dos trabalhadores (NSDAP = Partido Operário Nacional-Socialista Alemão) ou com *il popolo* (no caso de Mussolini). Esta pretensa ligação foi ideologicamente sustentada durante quase todo o período de existência do fascismo, mas ela era especialmente importante no momento em que o fascismo ainda não havia alcançado o poder. Nestes tempos iniciais, havia uma forte retórica anticapitalista dentro dos partidos fascista e nazista. Tanto Hitler quanto Mussolini discursavam contra o “grande capital” (especialmente o financeiro-especulativo) que fazia a rapina da nação. No campo econômico, todos os dois líderes tinham uma retórica de estarem ao lado do “pequeno, mas honesto homem trabalhador” contra os grandes capitalistas e especuladores.

A ironia da história é que uma vez assumido o poder, ou em vias de assumir o poder, ambos os líderes fariam uma aliança prioritária exatamente com este odiado “grande capital”. Eles traem assim tanto o proletariado quanto sua base social (pequena burguesia e *déclasses*), ao não cumprirem suas promessas iniciais de “varrerem” com a alta burguesia capitalista parasitária.

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

É importante notar que um dos fatores que facilita esta súbita “traição” é exatamente o “culto do líder” (*Führer, duce*) no fascismo, pois o culto do líder passa a fazer com que, após certo ponto, a lei e o critério da verdade seja a palavra do líder. No instante que estão prestes a tomar o poder ou tomaram o poder e ainda não estão completamente seguro dele e resolvem aceitar a “ajuda” da alta burguesia considerando isto importante para o movimento naquele momento, esses líderes estão praticamente afastando a possibilidade da “segunda revolução” (realmente anticapitalista) proposta por alguns setores mais radicais dentro do próprio partido. Isto cria tensão entre a liderança e a ala mais radical, resolvida historicamente com a eliminação (por vezes física) deste setor mais radicalmente anticapitalista (no caso da Alemanha, são os episódios marcantes da saída de Gregor Strasser e outros líderes da ala mais à esquerda do partido, ainda em 1932, e principalmente a “Noite das Longas Facas” em 1934 com o assassinato de Röhm e outros líderes da S.A.; no caso do partido fascista italiano são cruciais as duas vagas de depuração na organização em 1923 e 1925 quando os adeptos da “segunda revolução”, junto com outros indesejáveis, são expurgados). O culto do líder leva a que este (já com o poder absoluto nas mãos, e ciente do perigo de instabilidades e “rachas” dentro do regime) possa tomar medidas arbitrárias como essas e impedir qualquer possibilidade do fascismo assumir uma feição mais de acordo com sua retórica inicial anticapitalismo financeiro. A tal ponto que o fascismo passa a ser o baluarte para que a alta burguesia monopolista possa manter seu poder. Com isso, o fascismo representa uma dupla traição: 1) à sua base social pequeno burguesa e mesmo os *déclasses* 2) ao proletariado, a quem diziam se unir e representar. Ironicamente, o fascismo é totalizante até neste ponto. Ele dá a volta completa no caleidoscópio, tendo uma base inicial na pequena burguesia ameaçada e nos *déclasses*, cortejando o proletariado em seu caminho ao poder, e terminando em aliança com a alta burguesia após a tomada do poder absoluto.

Este “caleidoscópio” político-histórico é um momento crucial para o entendimento do fascismo. Desde o início (implícito em *Mein Kampf* de Hitler e explícito no famoso verbete escrito por Benito Mussolini e Giovanni Gentile para a Enciclopédia Italiana de 1932) ficava claro que, em um regime fascista, o Estado teria um caráter abrangente e controlador em todos, literalmente todos (segundo as palavras do próprio Mussolini) os outros campos da vida social organizada.⁷

⁷ O verbete (“A Doutrina do Fascismo”) de Mussolini & Gentile (1932) dizia: “Contra o individualismo, a concepção fascista é pelo Estado [...] O fascismo reafirma o Estado como a verdadeira realidade do indivíduo [...] Assim, para o fascista, tudo está no Estado, e nada humano ou espiritual existe, muito menos tem valor, fora do Estado. Neste sentido, o fascismo é totalitário [...] Fora do estado não pode haver nem indivíduos nem grupos (partidos políticos, associações, sindicatos, classes)”.

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

Se há alguma área em que não se pode acusar tanto Hitler quanto Mussolini de terem sido consistentes em realizar o que haviam prometido antes em palavras, é exatamente este. Uma vez no poder, tanto o fascismo italiano quanto o alemão iniciaram uma marcha forçada em direção a incorporar dentro da malha de controle, direto ou indireto, do Estado as organizações de fora dele. Daí o fascismo encontrar até uma justificativa ideológica para suas ligações com classes tão díspares (pequena burguesia, alta burguesia, proletariado).

Este segundo sentido pelo qual o fascismo tem caráter *totalizante* (o de suas ligações de classe) não é compartilhado pelo socialismo real. O poder soviético foi erigido com uma base claramente operária e camponesa. Somente uma acrobacia intelectual incrivelmente flexível permitiria estabelecer que o poder soviético teve seu grande impulso inicial e seu baluarte na burguesia russa.

Conclusão

A persistência do conceito de totalitarismo, os múltiplos relatos do caráter policalesco, controlador e sufocador dos regimes fascista e stalinista provindos de diferentes fontes e, em especial, o fato de que nos anos 1990 um número significativo de intelectuais e políticos do Leste europeu (nem todos anti-socialistas) descreve os regimes em que viviam como totalitários nos força a repensar o que pode haver de heurísticamente útil neste conceito. Chegamos à conclusão que, com certas modificações, alguns aspectos da teoria podem ser utilizadas de maneira produtiva na descrição dos regimes fascista e do socialismo real. Provisoriamente denominamos tais regimes como “totalizantes”. Não no sentido de que tinham um controle total sobre suas sociedades, mas no sentido de que procuravam caminhar neste sentido e, realmente, no retrospecto histórico geral, foram os regimes que mais se aproximaram disso. Por outro lado, nossa base marxista nos faz renegar a tentativa dos teóricos do totalitarismo de identificarem o fascismo e o comunismo como espécies do mesmo gênero. São formações históricas totalmente diferenciadas em termos de origem, interesses e estrutura de classe, apesar de possuírem em comum este caráter “totalizante”. No que tange origem e ligações de classe, o fascismo é totalizante no sentido “caleidoscópico” acima descrito enquanto que o socialismo real não o é.

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. The Origins of Totalitarianism. Nova Iorque, Harcourt, 1951.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Os Fascismos. In: REIS FILHO, Daniel, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). O Século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. 3 v. v. 2.

FERNANDES, Luís. Conceitos Fora do Lugar: uma crítica epistemológica das principais teorias ocidentais sobre os estados socialistas do Leste. Dados, v. 37, nº 2, 1994.

FRIEDRICH, Carl & BRZEZINSKI, Zbigniew. Totalitarian Dictatorship and Autocracy. Cambridge, Harvard University Press, 1956.

GRAMSCI, Antonio. The two fascisms. In: Selections from Political Writings (1921-1926) (org. Quintin Hoare). Londres, Lawrence and Wishart, 1978.

<http://www2.cddc.vt.edu/marxists/archive/gramsci/works/1921/08/two_fascisms.htm>

GORBACHEV, Mikhail. On my Country and the World. Nova Iorque. Columbia University Press, 1999.

GRIFFIN, Roger. The Nature of Fascism. London,: Pinter, 1991.

GRIFFIN, Roger. The Primacy of Culture: the current growth (or manufacture) of consensus within fascist studies. Oxford. Oxford Brooks University homepage, 2001.

<<http://www.brookes.ac.uk/schools/humanities/Roger/concupdt.htm!>>

HAMILTON, Richard F. Who Voted for Hitler? Princeton, Princeton University Press, 1982.

HENKE, Klaus-Dietmar (ed.) Totalitarismus: Sechs Vorträge über Gehalt und Reichweite eines Klassischen Konzepts der Diktaturforschung. Dresden, Hannah-Arendt-Institut für Totalitarismusforschung, 1999.

HILFERDING, Rudolf. Capitalismo de Estado ou Economia Totalitária? In: Neves, A. (org.). A Natureza da URSS. Porto, Afrontamento, 1977.

HOSKING, G. The Awakening of the Soviet Union. Cambridge, Harvard University Press, 1990.

LARSEN, Stein *et al.* (eds.) Who Were the Fascists? Social roots of European fascism. Irvington-on-Hudson, Columbia University Press, 1981.

INTELLECTOR

Ano II	Volume II	Nº 4	Janeiro/Junho 2006	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellecto.cenegri.org.br

LINZ, Juan. Totalitarian and Authoritarian Regimes. In: GREENSTEIN, Fred & POLSBY, Nelson (eds.). Handbook of Political Science. Reading, Addison-Wesley, 1975. V. 3.

LINZ, Juan & STEPAN, Alfred. Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1996.

MOTYL, A. J. (ed.) The Post-Soviet Nations: perspectives on the demise of the USSR. Nova Iorque, Columbia University Press, 1992.

MÜHLBERGER, Detlef (ed.) The Social Basis of European Fascist Movements. Londres, Croom Helm, 1987.

MUSSOLINI, Benito & GENTILE, Giovanni. La Dottrina del Fascismo. In: Enciclopedia Italiana, 1932. [reprodução eletrônica: <http://groups.msn.com/benitohome/ladottrinafascista12.msnw>]

NOLTE, Ernst. Der Faschismus in Seiner Epoche: die Action Française, der italienische Faschismus, der Nationalsozialismus. Munique: R. Piper, 1963.

SARTORI, G. Totalitarianism, Model Mania and Learning from Error. Journal of Theoretical Politics, v. 5, n.1, jan. 1993.

SERGE, Victor. Destin d'une Revolution. Paris: Grasset, 1937.

SOUVARINE, Boris. Staline: aperçu historique du bolchevisme. Paris: Plon, 1935.

TROTSKY, Leon. Fascism: what it is and how to fight. The Militant, Londres, 16 jan. 1932. <http://www.geocities.com/shanekenna/anti_fascism.htm>